

2/08, de 17 de Junho (Lei Orgânica do Tribunal Constitucional) e na alínea e), do artigo 63.º, n.º 1 e 66.º n.º 1, ambos da Lei nº 3/08, de 17 de Junho (Lei Orgânica do Processo Constitucional).

Legitimidade das Partes

Conforme disposto no artigo 33.º, n.º 5 da Lei 2/05, de 1 de Julho, o Procurador Geral da República tem legitimidade para requerer a extinção de um Partido Político.

O USD tem legitimidade passiva, enquanto entidade demandada e com interesse directo em contradizer (artigo 26.º n.º 1 do Código de Processo Civil).

Objecto de Apreciação

Pelo que supra se mencionou em matéria de competência, cabe ao Tribunal Constitucional, *hic et nunc*, apreciar da procedência do alegado e peticionado pelo Digníssimo Procurador Geral da República.

Apreciando

Admitido o Requerimento do Procurador Geral da República e em obediência ao princípio do contraditório, o Venerando Juiz Conselheiro Presidente, por despacho de fls 12 dos autos, ordenou a citação do USD para, querendo, contestar.

Tendo sido citado aos 18 de Dezembro de 2008 para apresentar contestação, conforme certidão de fls. 14 dos autos, o requerido USD não contestou.

Aos 13 de Janeiro de 2009, o Plenário do Tribunal Constitucional realizou o debate preliminar do processo, conforme previsto no artigo 66.º n.º 2, alínea d) da Lei n.º 3/08, de 17 de Junho.

Está efectivamente provado nos autos que a Coligação PPE na qual está integrada o USD, obteve nas eleições legislativas de 5 de Setembro de 2008, 12.052 votos correspondentes a 0,19% dos votos validamente expressos (cfr. acta do apuramento nacional a fls 10 dos autos).

Verificado que está o facto extintivo previsto na alínea i), do artigo 33.º, n.º 4 da Lei n.º 2/05, de 1 de Julho, importa agora ajuizar da

17

[uti p
Aut

constitucionalidade deste preceito legal, para então se poder decidir da sua aplicabilidade ao caso em apreciação.

Sendo os Tribunais o garante da observância da Constituição (artigo 121º n.º 1 da Lei Constitucional) têm estes o dever oficioso de verificar se as normas legais que aplicam aos casos sob sua jurisdição estão em consonância com a Constituição, exercício a que procedem, como ora se faz, no âmbito da fiscalização sucessiva concreta da constitucionalidade das leis.

Importa desde logo apreciar se por lei ordinária se podem configurar situações que determinem a extinção de Partidos Políticos.

Entende o Tribunal Constitucional que à luz do que vem estatuído nos artigos 4.º, 88.º alínea b) e 89º alínea i), todos da Lei Constitucional, a Assembleia Nacional pode, por Lei ordinária e no âmbito da regulamentação do regime jurídico-constitucional dos Partidos Políticos, fixar as condições para a extinção de Partidos Políticos. Foi o que efectivamente fez, em abstracto, com a Lei n.º 2/05 de 1 de Julho, especificamente no seu capítulo VI, artigos 33.º a 35.º.

Decorre do artigo 2.º da Lei Constitucional o princípio segundo o qual a República de Angola é um Estado democrático de Direito que tem, de entre outros fundamentos, o pluralismo de expressão e de organização política, o que reserva aos partidos políticos um lugar importante no sistema político constitucional.

Terá o legislador ordinário, com o estabelecido em concreto na alínea i), do artigo 33.º da Lei n.º 2/05, violado algum princípio ou norma da constituição? Isto é, a extinção de um Partido Político, fundamentada na não obtenção por este de 0,5% dos votos de eleições legislativas em que participou, viola algum princípio ou norma da constituição?

Os Partidos Políticos, embora sendo associações privadas, exercem funções constitucionais. A mais relevante dessas funções vem referida no artigo 4.º n.º 1 da Lei Constitucional, a saber, **concorrer para a expressão da vontade dos cidadãos e do sufrágio universal.**

Entende o Tribunal Constitucional que a exigência pela Lei ordinária da obrigação dos Partidos Políticos obterem uma cifra mínima de votação é um critério constitucionalmente justificado, para aferir da capacidade de cada Partido desempenhar essa sua principal função constitucional.

18

Esta exigência é igualmente um meio idóneo de verificação e garantia da existência da representatividade dos Partidos Políticos que, como vem estabelecido na alínea c), do n.º 4 do artigo 4.º da Lei Constitucional, devem ter carácter e âmbito nacionais, não apenas no momento da sua constituição mas também no decurso da sua existência.

Por outro lado, entende o Tribunal Constitucional que o Estado e a Lei não devem ficar indiferentes quanto à existência de permanente representatividade aos Partidos Políticos, até pelo facto de importantes recursos públicos serem atribuídos aos Partidos Políticos no âmbito do sistema vigente de financiamento público dos Partidos Políticos e das suas campanhas eleitorais.

A cifra de 0.5% dos votos validamente expressos é proporcional e adequada à realização deste desiderato, não sendo susceptível no contexto específico de Angola de pôr em causa ou violentar o princípio constitucional do multipartidarismo.

Por tudo quanto vem supra apreciado, é entendimento do Tribunal Constitucional que a norma contida na alínea i), do artigo 33.º da Lei n.º 2/05, de 1 de Julho não é inconstitucional e, pelo contrário, vem concretizar o princípio constitucional da representatividade da vontade popular e da colectividade, assim como garantir o seu carácter e âmbito nacionais.

Tudo visto e ponderado

Acordam em Plenário os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional em, dar provimento ao pedido e, conseqüentemente:

- 1.º declarar extinto o Partido Unidade Social Democrática a partir da presente data;
 - 2.º ordenar o cancelamento do respectivo registo;
 - 3.º determinar que os órgãos estatutários competentes do extinto partido procedam à sua liquidação no prazo de 90 dias, deixando a actividade da sua Direcção e demais órgãos limitar-se ao estritamente necessário à realização do processo de liquidação, tal como consta da lei.
- Sem custas (artigo 15.º da Lei n.º 3/08, de 17 de Junho - Lei Orgânica do Processo Constitucional).

Notifique-se e Publique-se.

Tribunal Constitucional aos 19 de Janeiro de 2009.

Os Juizes Conselheiros

Dr. Rui Ferreira, Juiz Conselheiro Presidente Rui Ferreira

Dr. Agostinho Santos Agostinho Santos

Dr.^a Luzia Bebiana Sebastião Luzia Bebiana Sebastião

Dr.^a Maria da Imaculada Melo Maria da Imaculada Melo

Dr. Miguel Correia Miguel Correia

Dr. Onofre dos Santos Onofre dos Santos